

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

**Altera a redação dos artigos 7º, 9º, 11, 12, 13, 14, 15, 21, 38, 44, 45, 57, 82, 95 e 187 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão) e dá outras providências.**

### A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O inciso VIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 7º ...**

[...]

VIII - Comarcas de Araiões, Barra do Corda, Brejo, Buriticupu, Chapadinha, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Estreito, Grajaú, João Lisboa, Lago da Pedra, Porto Franco, Presidente Dutra, Rosário, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Luzia do Paruá, Tuntum, Vargem Grande, Viana, Vitorino Freire e Zé Doca - dois juizes cada uma;

[...]

**Art. 2º** O art. 9º da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 9º** Os serviços judiciários da Comarca de São Luís serão distribuídos da seguinte forma:

I - 1ª Vara da Infância e da Juventude, com as atribuições cíveis e administrativas definidas na legislação específica;

II - 2ª Vara da Infância e da Juventude, com as atribuições para processar e julgar atos infracionais atribuídos a menores de dezoito anos, de acordo com a legislação específica;

III - 1ª Vara Cível: Cível e Comércio;

IV - 2ª Vara Cível: Cível e Comércio;

- V - 3ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- VI - 4ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- VII - 5ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- VIII - 6ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- IX - 7ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- X - 8ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- XI - 9ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- XII - 10ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- XIII - 11ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- XIV - 12ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- XV - 13ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- XVI - 14ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- XVII - 15ª Vara Cível: Cível e Comércio;
- XVIII - Vara de Recuperação de Empresas;
- XIX - Vara de Registros Públicos;
- XX - 1ª Vara da Família: Família e Casamento;
- XXI - 2ª Vara da Família: Família e Casamento;
- XXII - 3ª Vara da Família: Família e Casamento;
- XXIII - 4ª Vara da Família: Família e Casamento;
- XXIV - 5ª Vara da Família: Família e Casamento;
- XXV - 6ª Vara da Família: Família e Casamento;
- XXVI - 7ª Vara da Família: Família e Casamento;
- XXVII - 8ª Vara da Família: Família e Casamento;
- XXVIII - 1ª Vara de Interdição e Sucessões: Tutela, Curatela e Ausência. Sucessões, Inventários, Partilhas e Arrolamentos;
- XXIX - 2ª Vara de Interdição e Sucessões: Tutela, Curatela e Ausência. Sucessões, Inventários, Partilhas e Arrolamentos;
- XXX - 1ª Vara da Fazenda Pública: Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Saúde Pública. Improbidade administrativa;
- XXXI - 2ª Vara da Fazenda Pública: Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Saúde Pública. Improbidade administrativa;
- XXXII - 3ª Vara da Fazenda Pública: Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Saúde Pública. Improbidade administrativa;
- XXXIII - 4ª Vara da Fazenda Pública: Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Saúde Pública. Improbidade administrativa;
- XXXVI - 5ª Vara da Fazenda Pública: Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Saúde Pública. Improbidade administrativa;
- XXXV - 6ª Vara da Fazenda Pública: Privativa de Execução Fiscal;
- XXXVI - 7ª Vara da Fazenda Pública: Privativa de Execução Fiscal;
- XXXVII - 8ª Vara da Fazenda Pública: Privativa de Execução Fiscal;
- XXXVIII - Vara de Interesses Difusos e Coletivos: Interesses Difusos e Coletivos. Fundações e Meio Ambiente;
- XXXIX - 1ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular. Processamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. *Habeas Corpus*;
- XL - 2ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular. Processamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. *Habeas Corpus*;

- XLI - 3ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular. Processamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. *Habeas Corpus*;
- XLII - 4ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular. Processamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. *Habeas Corpus*;
- XLIII - 5ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular. Processamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. *Habeas Corpus*;
- XLIV - 6ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular. Processamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. *Habeas Corpus*;
- XLV - 7ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular. Processamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. *Habeas Corpus*;
- XLVI - 8ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular. Processamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. *Habeas Corpus*;
- XLVII - 9ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular. Processamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. *Habeas Corpus*;
- XLVIII - 10ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes contra a ordem tributária e econômica. *Habeas Corpus*;
- XLIX - 11ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes praticados contra crianças e adolescentes, inclusive presidência do Tribunal do Júri. *Habeas Corpus*.
- L - 1ª Vara de Entorpecentes: Entorpecentes. *Habeas Corpus*;
- LI - 2ª Vara de Entorpecentes: Entorpecentes. *Habeas Corpus*;
- LII - 1ª Vara do Tribunal do Júri: Presidência do Tribunal do Júri. *Habeas Corpus*;
- LIII - 2ª Vara do Tribunal do Júri: Presidência do Tribunal do Júri. *Habeas Corpus*;
- LIV - 1ª Vara de Cartas Precatórias Cíveis e Criminais;
- LV - 2ª Vara de Cartas Precatórias Cíveis e Criminais;
- LVI - 1º Vara das Execuções Penais: Execução Penal: regimes fechado e semiaberto. Correções de Presídios. *Habeas Corpus*;
- LVII - 2ª Vara das Execuções Penais: Execução Penal: regime aberto, penas e medidas alternativas. Fiscalização e decisão dos incidentes no livramento ou indulto condicionais. *Sursis*. Correções estabelecimentos prisionais para presos provisórios e de regime aberto. *Habeas Corpus*;
- LVIII - Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, com a competência prevista no art. 14 da Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, salvo processamento e julgamento dos crimes consumados de competência do Tribunal do Júri;
- LIX - Vara Especial do Idoso, com a competência para processamento e julgamento das medidas de proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos do idoso previstas na

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, bem como, para processamento e julgamento dos crimes previstos na mesma Lei.

LX - Quatorze Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo com áreas de abrangência definidas em resolução do Tribunal de Justiça;

LXI - Quatro Juizados Especiais Criminais com áreas de abrangência definidas em resolução do Tribunal de Justiça

LXII - Um Juizado Especial do Trânsito;

LXIII - Um Juizado Especial da Fazenda Pública, Estadual e Municipal, com a competência estabelecida na Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009.

§ 1º Os crimes de menor potencial ofensivo praticados contra crianças e adolescentes são de competência do 1º Juizado Especial Criminal.

§ 2º Os pedidos de *Habeas Corpus* nos casos de crimes de competência da 11ª Vara Criminal são de competência privativa dessa Vara.

§ 3º As Varas da Infância e Juventude, as Varas de Família, a 11ª Vara Criminal, as Varas das Execuções Penais, a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e a Vara Especial do Idoso contarão com equipes multidisciplinares, constituídas por servidores do Poder Judiciário ou requisitados de outros órgãos do Poder Executivo, sendo regulamentadas por resolução do Tribunal de Justiça.

**Art. 3º** O inciso V do art. 11; os incisos V e VI do art. 12; inciso II do art. 13 e o inciso I do art. 14, todos da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 11.** Na Comarca de Caxias os serviços judiciários serão distribuídos da seguinte forma:

[...]

V - 5ª Vara: Cível. Comércio. Crime. Execução Penal. *Habeas Corpus*;

[...]

**Art. 12.** Na Comarca de Timon os serviços judiciários serão distribuídos da seguinte forma:

[...]

V - 5ª Vara: Crime. Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular. Processamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. Execução Penal. *Habeas Corpus*;

VI - 6ª Vara: Crime. Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular. Processamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. Entorpecentes. *Habeas Corpus*.

[...]

**Art. 13.** Nas comarcas de Balsas, Codó, Pedreiras, Santa Inês, Itapecuru Mirim e São José de Ribamar, os serviços judiciários serão distribuídos da seguinte forma:

[...]

II - 2ª Vara: Cível. Comércio. Crime. Registros Públicos. Fundações. Provedorias. Execução Penal. *Habeas Corpus*;

[...]

Art. 14. Nas comarcas com duas varas os serviços judiciários serão distribuídos da seguinte forma:

I - 1ª Vara: Cível. Comércio. Crime. Fazenda e Saúde Públicas. Registros Públicos. Fundações. Provedorias. Execução Penal. *Habeas Corpus*;

[...]

Art. 4º O *caput* do art. 21; o *caput* do art. 38; o parágrafo 4º do art. 44; o *caput* do art. 45; o art. 57; e o art. 95, todos da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. Por maioria dos seus membros efetivos e por votação secreta, o Plenário elegerá o presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, em sessão a ser realizada na primeira quarta-feira do mês de outubro dos anos ímpares, dentre seus juízes mais antigos, em número correspondente ao dos cargos de direção, para mandato de dois anos, proibida a reeleição.

[...]

Art. 38. O ingresso na Magistratura de carreira dar-se-á no cargo de Juiz Substituto de Entrância Inicial, mediante concurso público de provas e títulos, realizado pelo Tribunal de Justiça, com a participação de um representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, fazendo-se a nomeação pela ordem de classificação, facultado aos candidatos o direito de recusa.

[...]

Art. 44. [...]

[...]

§ 4º As vagas de titulares de varas ou de unidades jurisdicionais dos juizados que ocorrerem na Comarca de São Luís, serão preenchidas pelos juízes auxiliares, obedecendo à ordem de antiguidade, ou, na falta de juízes auxiliares, por juízes de direito de entrância intermediária, pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente, observado o disposto no parágrafo seguinte.

[...]

Art. 45. Haverá para as comarcas de entrâncias inicial e intermediária um Juiz de Direito Substituto de Entrância Inicial, para cada grupo de quatro juízes de direito titulares.

[...]

Art. 57. O cargo de Juiz Auditor será exercido por um Juiz de Direito da Comarca de São Luís, sem prejuízo de suas garantias e vantagens, inclusive remoção, permuta e acesso ao Tribunal, e sua titularização será feita nos termos do § 4º do art. 44 deste Código.

Parágrafo único. O Juiz Auditor será auxiliado e substituído em suas férias, licenças e impedimentos por um dos Juízes de Direito Auxiliares da Comarca de São Luís, designado pelo corregedor-geral da Justiça.

Art. 95. Nas comarcas de entrâncias inicial e intermediária e nos juizados especiais, inclusive os da Comarca de São Luís, o oficial de justiça exercerá as funções de avaliador judicial, incumbindo-lhe avaliar bens de qualquer natureza e elaborar os respectivos laudos.

Art. 5º Ficam acrescidos os incisos IV, V e VI ao art. 15 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), com a seguinte redação:

Art. 15. Em todas as comarcas serão obedecidas as seguintes regras:

...

IV - As varas de execução penal terão competência para o processamento dos feitos referentes aos sentenciados que estejam cumprindo penas em estabelecimentos prisionais ou penas e medidas alternativas em instituições públicas ou privadas situadas na área de sua jurisdição, ainda que as guias de recolhimento para execução sejam oriundas de outra comarca ou unidade da Federação;

V - Para cumprimento do disposto na parte final do inciso anterior, o juiz criminal ou da execução penal que, por qualquer motivo, transfira de sua jurisdição o sentenciado encaminhará obrigatoriamente a respectiva guia de recolhimento para execução ao juízo competente;

VI - As atribuições de juiz do Juizado Especial da Fazenda Pública previstas na Lei 12.153, de 22 de dezembro de 2009, nas comarcas onde não exista Juizado Especial da Fazenda Pública, serão exercidas pelo juiz da Vara da Fazenda Pública.

...

Art. 6º Os incisos II e IV do art. 187 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 187. No Município de São Luís existirão:

...

II - duas serventias extrajudiciais do Registro Civil das Pessoas Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, denominadas de 1º e 2º Offícios do Registro de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas;

...

IV - oito tabelionatos de notas, denominados, pela ordem de antiguidade, de 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º Tabelionato de Notas, com as funções que lhes são próprias e as funções de Tabelião e Registrador dos Contratos Marítimos;

...

**Art. 7º** Fica criada na Justiça de 1º Grau a 2ª Vara da Comarca de Tuntum.

**Art. 8º** Ficam criados os seguintes cargos no quadro da Justiça de 1º Grau:

I - um cargo de juiz de direito na Comarca de Tuntum;

II - um cargo em comissão de secretário judicial para a 2ª Vara da Comarca de Tuntum;

III - dois cargos de oficial de justiça para a vara criada por esta Lei Complementar;

IV - um cargo em comissão de assessor de juiz de entrância intermediária;

V - um cargo de analista judiciário; dois cargos de técnico judiciário; dois cargos de auxiliar judiciário; e dois cargos de auxiliar operacional de serviços diversos;

VI - Um cargo em comissão símbolo CDGA e um cargo em comissão símbolo CDAI-5, ambos para o gabinete da Vice-Presidência.

**Art. 9º** Fica criada uma serventia extrajudicial de Registros de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas no município de São Luís.

**Art. 10.** Ficam criadas três serventias extrajudiciais de Tabelionato de Notas no município de São Luís, com a denominação de 6º, 7º e 8º Tabelionatos de Notas e que deverá ser instalados no bairro da Cohab-Anil, Cohama e Anjo da Guarda, respectivamente.

**Art. 11.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

**Art. 12.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Exposição de motivos:**

A escala crescente da violência impõe ao Poder Judiciário a reestruturação da justiça criminal e de execução penal no país.

As leis que tratam do porte de arma, drogas ilícitas e crimes hediondos passaram por mudanças. Por último, o próprio Código de Processo Penal sofreu alterações que visam seu aperfeiçoamento.

A execução penal produz reflexos na segurança pública tão importantes quanto os produzidos pelas varas criminais e deve ser objeto de igual esforço de aperfeiçoamento; decorrente disso, esta deve e tem recebido atenção especial do Poder Judiciário. O Mutirão Carcerário, a modernização das varas com a implantação do processo eletrônico, a implantação de métodos de gestão mais eficientes e atualização da legislação pertinente ao tema são algumas das medidas tendentes a aprimorar a justiça de execução penal.

No Maranhão, já está em fase de implantação o processo eletrônico na vara de execuções, entretanto, há de se adotar outras medidas que garantam uma tramitação regular dos processos e a adoção de medidas tendentes a reduzir a reincidência.

A localização dos presos é centralizada na capital e em poucos outros Municípios enquanto o processamento está descentralizado, o que provoca instabilidade no sistema prisional, decorrente da diversidade de decisões para casos semelhantes dentro do mesmo estabelecimento prisional.

Além disso, o sistema progressivo de cumprimento de pena vigente do Brasil torna necessária uma grande movimentação nos processos, com a concessão e cassação de benefícios dos sentenciados. Assim, é necessário, sempre que possível, a especialização dos juízes e servidores que tratam com os diversos estágios de cumprimento da pena.

Não é razoável que as mesmas equipes profissionais laborem com os sentenciados de grande, média, mínima ou de nenhuma periculosidade.



Em São Luís, a existência de mais de 3000 processos tramitando na Vara de Execuções Penais e a tendência de duplicação decorrente da centralização dos processos recomenda a criação da 2ª Vara de Execuções Penais com competência para o processamento dos feitos do regime aberto, penas e medidas alternativas, fiscalização e decisão dos incidentes no livramento ou indulto condicionais, correições das cadeias e albergues e Habeas Corpus; restando para a 1ª Vara os regimes fechado e semiaberto.

Esse nível de especialização dará maior eficácia ao sistema progressivo de execução penal e possibilitará a introdução de políticas públicas de reinserção social.

Nestas condições, apresento o seguinte projeto de lei:

#### **PROJETO DE LEI Nº**

#### **EMENTA:**

Cria a 2ª Vara de Execuções Penais da Comarca de São Luis, de Entrância Final, e dá outras providências.

**Autor: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

**RESOLVE:**



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR CLEONES CARVALHO CUNHA.

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Desembargador,

A morosidade na prestação jurisdicional tem sido o ponto fulcral de críticas dirigidas ao Poder Judiciário, não só maranhense, mas brasileiro e em todas as esferas (Federal e Estadual).

Na luta contra essa pecha os esforços dos Tribunais pátrios têm sido desmedidos para, dentro do orçamento disponível, criar novos cargos de juizes, Varas e Comarcas, dotando-os de estrutura física, tecnológica e de pessoal para dar maior celeridade nos andamentos e julgamentos dos processos, sem, todavia, desprestígio à qualidade dos serviços.

Forte nesse aspecto vimos a Vossa Excelência expor a realidade da Comarca de Tuntum/MA a fim de que seja apreciada a conveniência da criação de mais uma vara, elevando-a de entrância inicial para intermediária.

A Comarca é composta pela sede, e mais um outro termo: Santa Filomena do Maranhão. A população da Comarca, segundo dados oficiais do IBGE, atinge o patamar de 47.791 habitantes, assim distribuídos: Tuntum/MA: 42.451 mil habitantes; Santa Filomena do Maranhão: 5.340 mil habitantes.

Esse número demonstra a desproporção entre a população da comarca de Tuntum/MA em relação ao único Juízo, ao contrário de outras comarcas com o número aproximado de habitantes e com duas varas à disposição dos jurisdicionados, a exemplo de Viana/MA, Colinas/MA, Coelho Neto/MA, Zé Doca/MA, Lago da Pedra/MA, Santa Luzia do Paruá/MA e Araisos/MA.

Neste sentido, a própria Constituição Federal tenta corrigir essas distorções ao expressamente dispor no art. 93, XIII, que o número de juizes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

De acordo com o Código de Organização (LC 14/91) não é possível o desmembramento, e conseqüente criação da Comarca de Santa Filomena do Maranhão face o número de habitantes e demanda na comarca oriunda deste termo, razão pela qual seria essencial a criação de mais uma vara na Comarca de Tuntum/MA, o que seria justificável diante da crescente demanda processual



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE TUNTUM/MA

Fls. \_\_\_\_\_  
Ass. \_\_\_\_\_

No ano de 2007, segundo levantamentos da Secretaria Judicial, foram distribuídos 1.069 processos. Em 2008 outros 1.168 e somente este ano, até os dias atuais, 1.459 feitos. Isso sem contar os procedimentos administrativos de registro civil e casamentos que não sofrem distribuição. O certo é que a média de distribuição mensal é de 124,66, ou seja, mais de 100 (cem) processos por mês. E se considerarmos a média anual de todos os anos é de 102,66, portanto ultrapassa os 100 (cem) processos. Observa-se, ainda, do quadro sinótico da distribuição que segue em anexo que vários são os meses em que a distribuição ultrapassa a marca dos 100 processos, aproximando-se de 150 (cento e cinquenta) e até mesmo ultrapassando este patamar.

Nesse quadro urge destacar que no ano de 2009 a Comarca conta com 8 (oito) advogados residentes na comarca e uma defensoria municipal o que aumenta consideravelmente a propositura de ações de investigação de paternidade, alimentos e execução de alimentos, e tendo ainda um passivo de 2.371 processos em tramitação.

A tudo isso se soma a demanda reprimida existente na Comarca, mormente em relação aos feitos da Lei 9.099/95, o que, havendo a criação e instalação de uma segunda Vara, acolherá os anseios e lides próprias desse jurisdicionado.

Por fim, convém destacar que a estrutura física do Fórum comporta mais uma Vara sem a necessidade de grandes intervenções na edificação, pois conta com mais de um pavimento e salas suficientes para, com o correto remanejamento, abrigar novos funcionários e juiz.

Certo da apreciação detalhada desses pontos, este magistrado requer a criação da 2ª Vara da Comarca de Tuntum/MA, elevando-a para a entrância intermediária, após manifestação da Comissão respectiva, fazendo-a incluir no Projeto de Lei a ser encaminhado a Assembléia Legislativa do Maranhão.

Atenciosamente,

Pedro Henrique Holanda Pascoal  
Juiz de Direito

ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE TUNTUM  
SECRETARIA JUDICIAL

PROCESSOS DISTRIBUIDOS 2007/2009

2007

PROCESSOS		MÊSES		Cível	Penal	Juizado Cível	Juizado Criminal	Carta Precatória	Inquéritos	Outros fatos e crimes e criminosos	Total
Janeiro	52	04	32	01	03	13	00	05	102		
Fevereiro	37	03	27	03	43	02	08	00	06		90
Março	39	03	43	02	22	03	10	01	02		101
Abril	33	04	22	01	22	03	23	00	02		75
Maior	33	05	22	05	18	05	13	00	02		86
Junho	39	05	18	05	13	05	12	02	05		82
Julho	42	03	13	02	15	04	14	01	04		96
Agosto	56	00	18	03	32	00	10	01	04		99
Setembro	43	08	11	03	16	00	13	00	01		129
Outubro	92	01	12	00	13	00	16	00	01		73
Novembro	27	00	13	00	13	00	13	00	01		54
Dezembro	536	38	246	30	171	6	42				1069
TOTAL											

2008

PROCESSOS	MÊSES	TOTAL											
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Cível	46	06	29	06	01	48	34	44	51	43	28	34	29
Penal	06	29	18	04	06	38	03	20	31	34	47	44	23
Juizado Cível	29	02	00	24	03	04	09	02	18	25	18	14	06
Juizado Criminal	07	00	02	05	03	12	14	12	18	03	04	00	03
Carta Precatória	00	00	11	05	18	00	01	00	00	03	04	00	03
Inquéritos	00	00	01	00	01	00	01	00	00	03	04	00	03
Outros fatos e crimes e criminosos	05	07	05	00	14	03	06	04	03	02	04	02	07
Total	95	77	104	90	109	100	83	111	121	113	94	71	1168

1168

2009

Fls. 12  
Ass. A

PROCESSOS MESES	Cível	Penal	Juizado Cível	Juizado Criminal	Carta Precatória	Inquéritos	Outros feitos Cíveis e Criminais	Total
Janeiro	26	00	21	01	08	03	03	96
Fevereiro	81	00	22	04	21	00	05	62
Março	41	02	38	02	27	00	01	158
Abril	43	06	35	01	17	01	04	111
Maior	58	00	32	05	08	03	04	107
Junho	58	00	32	05	08	03	04	110
Julho	69	02	68	20	17	02	00	178
Agosto	44	02	77	04	12	01	07	147
Setembro	28	05	42	04	21	05	01	101
Outubro	22	00	39	02	26	01	03	93
Novembro	77	00	84	06	30	03	00	200
Dezembro	15	01	66	02	04	08	00	96
TOTAL	281	10	185	16	98	10	03	1459

Obs. Dezembro/2009 distribuição até o dia 14.



Ata da Reunião Conjunta da Comissão de Regimento Interno e Procedimentos e da Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos, realizada no dia 2 de fevereiro de 2010.

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, às dezesseis horas, sob a presidência da desembargadora Cleonice Silva Freire e presente os membros desembargadores Raimundo Freire Cutrim, Cleones Carvalho Cunha, Nelma Sarney Costa, José Joaquim Figueiredo do Anjos, Lourival de Jesus Serejo Sousa, Jaime Ferreira de Araújo, José Bernardo Silva Rodrigues e José de Ribamar Fróz Sobrinho, reuniram-se, conjuntamente, a Comissão de Regimento Interno e Procedimentos e a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos. Foram apreciadas as seguintes matérias: 1 - Projeto de Resolução apresentado pelo desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa que altera a Resolução nº 72/2008, que dispõe sobre a organização e estrutura da Escola Superior da Magistratura do Maranhão: aprovado à unanimidade. 2 - Projeto de Resolução apresentado pelo presidente do Tribunal de Justiça que dispõe sobre o Planejamento Estratégico no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, aprovado à unanimidade com as alterações sugeridas na reunião e indeferida a petição do presidente da Associação dos Magistrados para participação de um representante da referida Associação no Comitê Gestor. 3 - Projeto de Resolução apresentado pelo presidente do Tribunal de Justiça e que institui o Grupo de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário no âmbito do Tribunal de Justiça, aprovado à unanimidade com as alterações sugeridas na reunião. 4 - Projeto de Resolução apresentado pelo presidente do Tribunal e que institui a Coordenadoria da Infância e Juventude nos termos da Resolução nº 94 do Conselho Nacional de Justiça, aprovado à unanimidade com as alterações sugeridas na reunião. 5 - Projeto de Lei Complementar que altera dispositivos do Código de Divisão e Organização Judiciárias, entre os quais: cria a 2ª Vara da Execuções Penais na Comarca de São Luís e o Juizado Especial da Fazenda Pública na mesma comarca; dispõe sobre a execução penal nas comarcas de entrância intermediária; antecipa a eleição da mesa diretora para o mês de outubro dos anos ímpares e cria a 2ª vara da Comarca de Tuntum e a criação de serventias extrajudiciais - aprovado à unanimidade, salvo quanto à criação do Juizado da Fazenda Pública de São Luís que teve voto contrário do desembargador Jaime. 6 - Revogação do inciso III

do art. 277 do Regimento Interno em razão da determinação contida no Procedimento de Controle Administrativo 200910000029334: aprovado à unanimidade. 7 - Resolução nº 1/2010 que dispõe sobre o controle de frequência dos servidores do Poder Judiciário expedida pelo presidente do Tribunal, aprovada à unanimidade para referendar:. Do que para constar, foi por mim, Cleones Cunha, designado secretário *ad hoc* da reunião, lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

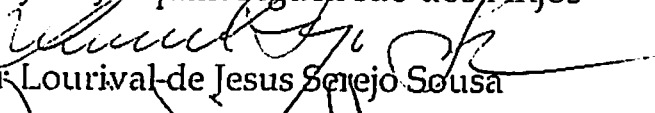
  
Desembargadora Cleonice Silva Freire, presidente

Desembargador Raimundo Freire Cutrim

Desembargador Cleones Carvalho Cunha, secretário


  
Desembargadora Nelma Sarney Costa

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos

  
Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa

  
Desembargador Jaime Ferreira Araújo

Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues

  
Desembargador José de Ribamar Proença Sobrinho



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA DO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2010.**

Projeto de Lei nº. - Altera a redação de artigos da Lei Complementar nº. 014/91 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão) e dá outras providências.

**Relatora:** **Desembargadora Cleonice Silva Freire**

"Adiado, por não ter sido entregue a cópia do Projeto aos Desembargadores, em tempo hábil."

**Presidente:** **Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto**

**Tereza Cristina Soares da Fonseca Carvalho**  
**Diretora-Geral**